



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

## **ANEXO XIII - SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA**



## 1. OBJETIVO:

Os Sistemas de Gestão da Qualidade, Gestão Ambiental e Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho podem ser entendidos como um conjunto de procedimentos e diretivas reunidos e alinhados de forma a possibilitar o planejamento e direção de uma organização que vise, respectivamente: aumentar a qualidade de seu produto, abordar suas preocupações ambientais e controlar os perigos e riscos existentes nos ambientes de trabalho. O **Sistema de Gestão Integrado - SGI** tem como objetivo integrar toda a gestão da empresa, como ferramenta de convergência em SMS, com a obtenção de informações em tempo real, agilizando assim o processo de tomada de decisão.

## 2. PLANO DE GESTÃO INTEGRADA:

A **Concessionária** na fase de planejamento do empreendimento, até 30(trinta) dias da assinatura do contrato, descrever e apresentar ao **Concedente**, um Plano de Gestão Integrada, envolvendo os seus três pilares: Qualidade, Meio Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho.

Os referidos planos devem atender os requisitos das Normas de Gestão:

- NBR ISO 9001:2015: Sistema de Gestão da Qualidade
- OHSAS 18001: Sistemas de Gerenciamento da Saúde e Segurança do Trabalho
- SA 8000 – Sistema de Gestão da Responsabilidade Social
- NBR ISO 14001:2015 - Sistemas de Gestão Ambiental
- **Anexo VIII do Contrato** – Diretrizes Ambientais

O Plano de Gestão Integrada deverá estar de acordo com o Manual da Qualidade da **CONCESSIONÁRIA** e atender também aos requisitos suplementares descritos neste anexo.

O Plano de Gestão Integrada, com todos os documentos pertinentes, deverá ser apresentado ao **Concedente**, juntamente com o **Cronograma de Implantação**, 30 (trinta dias) da assinatura do **Contrato**.



## 2.1. Requisitos Suplementares:

- a) Em complemento ao item **Manual da Qualidade** da NBR ISO 9001:2015, a **CONSSESSIONÁRIA** deve estabelecer e manter um **Plano de Gestão Integrada** específico para este contrato.
- b) Este plano deve ser apresentado antes do início dos serviços e até 60 dias após a assinatura do **Contrato**, devendo conter o planejamento da Qualidade, Meio Ambiente Segurança e Saúde no Trabalho para as diversas fases do contrato, em conformidade com as normas NBR ISO 9001:2015, NBR ISO 14001:2015, OHSAS 18001:1999, SA 8000:2001 e requisitos suplementares estabelecidos neste anexo e no **Anexo VIII – DIRETRIZES AMBIENTAIS**, e conter ou referenciar:
- O organograma (explicitando as atividades desenvolvidas por cada eventual consorciada e/ou fornecedor), a definição das atribuições, autoridades e responsabilidades específicas para as diferentes fases do contrato, incluindo os supervisores, encarregados e o número de profissionais supervisionados;
  - Política de Gestão Integrada;
  - Os procedimentos, métodos e instruções de trabalho a serem aplicados, listando o título, número e a revisão, bem como os correlacionando com os requisitos referentes às normas NBR ISO 9001:2000, NBR ISO 14001:2004, OHSAS 18001:1999, SA 8000:2001 e aos requisitos suplementares estabelecidos neste anexo e no **Anexo VIII– DIRETRIZES AMBIENTAIS**;
  - Os planos de verificação e de auditoria de projeto e principais atividades do contrato;
  - Os planos de execução das etapas de implantação do empreendimento;
  - Programas de treinamento específicos das obras;
  - Plano de Controle da Qualidade: relação de materiais e serviços de execução controlada e respectivos procedimentos de especificação, execução e inspeção;
  - Plano de preservação de equipamentos;
  - Segurança e saúde do trabalho e considerações do impacto dos resíduos sólidos e líquidos produzidos pela obra (entulhos, esgotos, águas servidas, óleos, entre outros) sobre o meio ambiente, definindo um destino adequado aos mesmos, conforme **Anexo VIII – DIRETRIZES AMBIENTAIS**.
- c) Em relação ao item **Controle de Documentos** da NBR ISO 9001:2015:
- A **CONCESSIONÁRIA** deve estabelecer, implantar e manter um Plano de Arquivamento, definindo:



- ✓ A estrutura organizacional do arquivo;
  - ✓ Os documentos a serem arquivados;
  - ✓ Sistemática para permitir a rápida recuperação de informações.
  - Para os documentos e dados em meios eletrônicos, a **CONCESSIONÁRIA** deve estabelecer, implantar e manter sistemática para segurança, “back-up” e controle de revisão de documentos CAD e dados em geral, incluindo:
    - ✓ Prevenção da utilização de versões desatualizadas;
    - ✓ Proteção de arquivos contra edição indevida;
    - ✓ Segurança contra “vírus”;
    - ✓ Execução e controle de cópias de segurança (backup).
  - Para evitar multiplicidade na identificação dos documentos de projeto, a **CONCESSIONÁRIA** deve codificar os mesmos de acordo com numeração a ser informada, a partir da primeira emissão da lista de documentos.
- d) Em relação ao item **Controle de Registros** da ISO 9001:2015:
- A **CONCESSIONÁRIA** deve manter disponíveis, para possível auditoria do **Concedente**, os registros da qualidade referentes ao **Sistema de Gestão Integrada**.
  - A **CONCESSIONÁRIA** deve manter os registros da qualidade por um período de 05 (cinco) anos, a partir do início da operação da **Concessão**.
- e) Em relação ao item **Representante da Direção** da NBR ISO 9001:2015, a **CONCESSIONÁRIA** e eventuais consorciadas e/ou fornecedores devem ter um Representante da Direção, formalmente designado, que periodicamente esteja presente no local de realização dos serviços.
- f) Em relação ao item **Generalidades** da NBR ISO 9001:2015, a **CONCESSIONÁRIA** deve definir a periodicidade de realização da análise crítica do **Sistema de Gestão Integrada** estabelecido para o contrato, compatível com a duração do **Contrato**, desde que não ultrapasse 06 (seis) meses.
- g) Relativo ao item **Projeto e Desenvolvimento** da NBR ISO 9001:2015: a **CONCESSIONÁRIA** deve estabelecer, implantar e manter um plano de verificação do projeto definindo:
- Método ou combinação de métodos a serem aplicados;
  - Documentos-produto, a serem verificados por disciplina, e os níveis de verificação aplicáveis;



- Períodos de realização da verificação;
- Relação de procedimentos aplicáveis;
- Pessoal responsável;
- Identificação da cópia de verificação;
- Registros da verificação;
- Sistemática para identificar e assegurar a rastreabilidade entre os documentos gerados, por disciplina.
- Sistemática para compatibilização entre documentos afetados por uma mesma modificação.
- Sistemática para manutenção de cópias atualizadas da documentação técnica nas frentes de trabalho de cada uma das disciplinas envolvidas.

Todos os demais itens do Manual da Qualidade - NBR ISO 9001:2015 deverão estar contemplados no **Plano de Gestão Integrado** a ser apresentado pela **CONCESSIONÁRIA**, com as devidas adequações ao escopo do contrato e seus respectivos anexos.

### 3. PLANO DE GESTÃO DE SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE NO TRABALHO - SMS

a) A **CONCESSIONÁRIA** deverá apresentar o Plano de Gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde no Trabalho o qual deverá contemplar todos os requisitos definidos nas normas vigentes, aplicáveis e as Diretrizes Ambientais definidas no **Anexo VIII - Diretrizes Ambientais**, deste **Contrato**. São considerados indispensáveis os seguintes itens:

- Política de Segurança, Meio Ambiente e Saúde no Trabalho: Definir e implementar uma Política de Gestão de SMS e promover sua difusão em todos os níveis.
- Identificação de Aspectos e Perigos e Avaliação de Riscos de Segurança e Saúde
- Realizar o levantamento de aspectos, impactos, perigos e danos e avaliar os riscos, presentes nas atividades rotineiras e não rotineiras a serem desenvolvidas, de forma a identificar quais os cenários de danos e impactos gerados.
- Implementar rotina de controle, registro e tratamento de riscos considerados significativos, divulgando-os amplamente entre seus empregados.
- Identificar os eventuais impactos que as suas atividades possam causar às comunidades, considerando as diretrizes descritas no **Anexo VIII – Diretrizes Ambientais**



b) Requisitos Legais e Outros:

- Adotar sistemática de identificação dos requisitos legais aplicáveis às suas atividades, produtos e serviços. Essas informações devem ser mantidas atualizadas, durante toda a vigência do contrato.
- Atendimento às normas regulamentadoras de segurança – NR's, vigentes.

c) Objetivos, Metas e Programas:

- Detalhar de forma mensurável, através de indicadores, os objetivos e metas a serem alcançados. Estas metas poderão ser revisadas periodicamente.
- Estabelecer plano de melhoria contínua (PDCA) para os objetivos e metas, definindo responsáveis, prazos e recursos.
- Implementar Programa de Redução de Acidentes (PRA), fundamentado nos riscos inerentes a execução das atividades.
- Implementar um Programa de Incentivo à notificação de acidentes, incidentes e desvios de SMS, tendo como público-alvo toda a sua força de trabalho.
- Elaborar: Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA e Programa de Condições e Meio Ambiente da Indústria da Construção — PCMAT
- Apresentar à Fiscalização, antes do início dos serviços, o PPRA; PCMAT e PCMSO, contendo o nome e cópia do certificado de habilitação dos profissionais responsáveis por eles. O PCMSO deve estar em consonância com o PPRA e PCMAT.
- Programar as avaliações ambientais (qualitativas e quantitativas associadas aos riscos identificados por grupos homogêneos de exposição — GHE) com base no cronograma da obra e implementá-lo de acordo com o avanço físico.
- O Coordenador do PCMSO deve definir os exames médicos ocupacionais que garantam a integridade da saúde do trabalhador considerando o local, as atividades laborais que ele desempenhará, as doenças pré-existentes e o perfil epidemiológico da força de trabalho envolvida.
- O PCMSO deve contemplar as ações de monitoramento de saúde de modo a identificar alterações dos aspectos físicos e psicológicos da força de trabalho envolvida nas atividades com alto potencial de risco, como: trabalho em altura acima de 6 (seis) metros e espaço confinado, antes do início de sua execução.
- Manter a primeira via original assinada do ASO dos seus empregados (primeira via



original devidamente assinada) e cópias assinadas dos subcontratados, devidamente arquivados e atualizados nos canteiros de obra.

- Estabelecer no planejamento das ações de saúde da sua força de trabalho, ações específicas para a prevenção de doenças endêmicas, tais como: dengue, cólera, malária, leishmaniose, febre amarela, dentre outras, bem como infraestrutura dos serviços de saúde nos locais onde os serviços serão realizados.

d) Estrutura e Responsabilidade:

- Detalhar estrutura organizacional para SMS e o respectivo organograma.
- Detalhar matriz de atribuições e responsabilidades, com abrangência para toda força de trabalho que tenha influência direta nas atividades de SMS.
- Obter Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA, relativa aos requisitos de SMS para realização de suas atividades.

e) Treinamento, Conscientização e Competência:

- Liberar seus empregados para treinamento específico de integração e qualificação em SMS, conduzido por instituição reconhecida.
- Estabelecer programa de capacitação e treinamento de sua força de trabalho nas questões inerentes às suas atividades e naquelas estabelecidas em legislação e evidenciar o seu cumprimento. Este programa deve ser compatível com o PCMAT, PPRA e com avaliação de riscos e perigos identificados.
- Implementar sistemática para o controle e um mecanismo de avaliação da eficácia do programa de treinamento.

f) Comunicação:

- Divulgar, para sua força de trabalho, os aspectos de SMS do contrato, alertando quanto aos aspectos e perigos significativos.
- Implementar sistemática de realização de DDSMS, de acordo com as atividades a serem realizadas. O DDSMS deve ser registrado em formulário próprio, com assinatura de todos os participantes, data e os assuntos que foram abordados. O assunto principal do DDSMS deve abordar o cuidado necessário para a execução das



tarefas do dia naquela frente de trabalho. Em caso de acidentes graves, a **CONCESSIONÁRIA** deve discutir o ocorrido, incluindo as causas básicas encontradas e a(s) forma(s) de evitar a sua repetição.

g) Qualificação e Dimensionamento do Quadro de Profissionais de SMS:

- Atender as especificações da NR-4, quanto ao quadro de profissionais na área de SMS.
- Garantir que os serviços extraordinários e/ou noturnos (dias de semana, sábados, domingos e feriados) sejam acompanhados por equipe de SMS.

h) Sinalização:

- Instalar sinalização de advertência, inclusive noturna em todas as frentes de obras em execução.
- As sinalizações de SMS deverão estar alinhadas com as Análises de Riscos de cada área da obra.

i) Equipamentos de Proteção Coletiva e Individual:

- Sinalizar os locais e áreas de risco, indicando a obrigatoriedade de uso e o tipo adequado de EPI a ser utilizado.
- A quantidade de uniformes e EPI's fornecidos pela **CONCESSIONÁRIA** e suas Subcontratadas deve ser suficiente para que não haja utilização de uniformes sujos ou rasgados ou EPI's sem condições de uso.
- Fornecer uniformes de inverno (tipo japonsa ou jaqueta) para as intempéries das estações frias (temperaturas baixas de outono/inverno), durante a execução do escopo do contrato, devendo confeccioná-los com antecedência suficiente às alterações de estação climática.
- Elaborar plano de controle de aquisição, distribuição, utilização, higienização, manuseio e descarte de EPI. A higienização/lavagem dos uniformes, toalhas e EPI's é de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA**. A empresa responsável por essa atividade deve ser licenciada pelo órgão ambiental competente e cabe à **CONCESSIONÁRIA** a manutenção de toda a documentação legal referente a essa atividade.
- A definição dos EPI's a serem utilizados deverá estar de acordo com as especificações do PPRA e das NR's pertinentes.





j) Análise Preliminar de Riscos — APR:

- Realizar Análise Preliminar de Riscos — APR, para todas as atividades, fases ou trabalhos, considerando as planilhas de perigos e riscos, aspectos e impactos. A elaboração deste documento deve ser realizada pelos responsáveis pela execução da tarefa e pelos profissionais de SMS.
- Para as atividades com grau de risco elevado deve ser elaborada uma APR específica, sendo que as informações relevantes desta análise deverão ser divulgadas no DDSMS do dia da execução da atividade.
- Sempre que houver mudança de cenário, a **CONCESSIONÁRIA** deve analisar a hipótese de mudanças nos riscos das atividades, fases ou trabalhos, através de inspeção de campo, com a finalidade de verificar a adequação da APR para as variáveis específicas do momento da obra.
- Caso sejam encontradas condições reais não previstas na APR, será necessário utilizar a ferramenta de Análise de Segurança da Tarefa — AST. Em função da abrangência dos riscos identificados, analisar a necessidade de revisão da APR.
- Divulgar os riscos identificados nas APR e AST (se cabível), sua forma de bloqueio ou mitigação, no DDSMS do dia da execução da atividade.

k) Gestão de Mudanças:

- Implementar sistemática de gestão de mudanças de instalação, de tecnologia ou de pessoas que exerçam atividades críticas, conforme requisitos da OHSAS 18001.
- As mudanças só podem ser implementadas após avaliação dos riscos, implementação das medidas de controle e aprovação da **CONCESSIONÁRIA**.

### 3.1. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONCESSIONÁRIA

- A **CONCESSIONÁRIA** obriga-se a cumprir integralmente as exigências deste anexo e todos os regulamentos e procedimentos de trabalho concernentes a SMS relativos à legislação vigente.
- A **CONCESSIONÁRIA** deve conhecer e identificar os aspectos e perigos e avaliar impactos e riscos para atividade a ser realizada e implementar ações para prevenção e controle dos impactos e riscos avaliados.



- A **CONCESSIONÁRIA** deve atender aos requisitos legais estabelecidos para SMS que são aplicáveis à sua atividade e apresentar mecanismo de identificação e controle dos requisitos legais de SMS.
- A **CONCESSIONÁRIA** deve apresentar metas e objetivos de SMS mensuráveis através de indicadores e apresentar plano de ação para o atendimento de seus objetivos e metas.
- A alta administração da **CONCESSIONÁRIA** quando solicitada, deverá apresentar uma análise crítica de seu desempenho em SMS ao fiscal do contrato, apresentando o plano de ações resultantes das análises críticas feitas pela **CONCESSIONÁRIA** e evidências de seu cumprimento.
- A **CONCESSIONÁRIA** deve cumprir as metas dos indicadores definidas no Plano de Gestão
- A **CONCESSIONÁRIA** é responsável pelos atos de seus empregados e dos empregados de suas **SUBCONCESSIONÁRIAS** e consequências cíveis e penais decorrentes de inobservância de quaisquer leis, normas e regulamentos de Segurança, Proteção ao Meio Ambiente e Saúde Ocupacional vigentes no país.
- Será obrigatório o fornecimento gratuito pela **CONCESSIONÁRIA** e suas **SUBCONTRADAS**, de vestimentas de trabalho para todos os seus empregados, nas características e quantidades compatíveis com os serviços a serem executados, sendo no mínimo dois jogos completos.
- Manter disponível no local de trabalho uma via de todos os Atestados de Saúde Ocupacional emitidos para seus empregados e, inclusive, os de suas **SUBCONCESSIONÁRIAS**, conforme a legislação vigente.

### 3.2 OCORRÊNCIAS ANORMAIS

- A **CONCESSIONÁRIA** deve cumprir as comunicações obrigatórias previstas na legislação para todo acidente, com ou sem afastamento, ocorrências anormais e situações de emergência.

### 3.3 OCORRÊNCIA DE ACIDENTE

- Interromper imediatamente os serviços e isolar o local diretamente relacionado ao acidente, para preservação dos elementos de prova, colher informações com possíveis testemunhas e designar Comissão de Investigação.



- Em caso de acidente, a **CONCESSIONÁRIA** deverá atender o acidentado, comunicar o acidente de trabalho ao INSS, através da emissão de CA, e investigar os acidentes de modo a identificar as suas causas
- Garantir à Comissão autonomia suficiente para conduzir as investigações sem quaisquer restrições.

### **3.4. OCORRÊNCIA DE ACIDENTE FATAL**

- Interromper imediatamente os serviços e isolar o local diretamente relacionado ao acidente, preservando suas características, até a liberação por parte da Fiscalização, que ouvirá a autoridade policial competente e DRT, conforme legislação em vigor.
- Comunicar o acidente de imediato aos organismos competentes nos níveis Federal, Estadual e Municipal.
- Providenciar, com a máxima urgência, para que os familiares sejam notificados do ocorrido, fornecendo o devido apoio social.

### **3.5 SUSPENSÕES DOS SERVIÇOS POR QUESTÕES DE SEGURANÇA, PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE E SAÚDE OCUPACIONAL.**

As suspensões dos serviços, motivadas por condições inseguras e, conseqüentemente, não observância às normas, instruções e regulamentos aqui citados, não eximem a **CONCESSIONÁRIA** das obrigações e penalidades das cláusulas do contrato, referentes a prazos e multas.